

**A exposição
*Memória das
Cataratas* e a
produção de
memórias no
Parque
Nacional do
Iguaçu**

• Revista  **mosaico**

**Isabela Soraia Backx
Sanabria¹**
<https://orcid.org/0000-0002-0221-8711>

**The exhibition
Memory of the
Falls and the
production of
memories in the
Iguaçu National
Park**

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de analisar o modo como a exposição *Memória das Cataratas*, disponibilizada no Centro de Visitantes do Parque Nacional do Iguaçu, influencia a produção das memórias e intervém na produção de relações sociais no oeste do Paraná. Para isso, em um primeiro momento, desenvolve-se a análise expográfica desse espaço, de modo a observar como os diferentes elementos expositivos se articulam, produzindo um discurso específico sobre as memórias da região. Em seguida, o artigo aborda a operatividade simbólica dessa exposição, demonstrando que o discurso comunicado por essa tem efeitos sociais e simbólicos, os quais separam e diferenciam os grupos sociais e influenciam o modo como as comunidades locais se relacionam entre si.

Palavras-chave: Identidades Culturais; Análise Expográfica; Discursos; Parque Nacional do Iguaçu; *Memória das Cataratas*.

Abstract

This article aims to analyze how the exhibition *Memória das Cataratas*, available at the Visitors Center of the Iguaçu National Park, influences the making of memories and influences the production of social relations in western Paraná. For this, at first, an expographic analysis of this space is developed, to observe how the different exhibition elements are articulated, producing a specific discourse about the memories of the region. Afterwards the article points out the symbolic operability of this exhibition, demonstrating that the discourse communicated by it has social and symbolic effects, which separate and differentiate social groups and influence the way local communities relate to each other.

Keywords: Cultural identities; expographic analysis; discourses; Iguaçu National Park; *Memória das Cataratas*.

Introdução

A vila de Foz do Iguaçu foi criada em 1918, numa região densamente habitada por grupos guaranis e também por colonos, que chegaram à região em fins do século XIX. Na época, a atividade econômica predominante era a produção de erva-mate, cuja infraestrutura de escoamento e abastecimento passou, pouco a pouco, a ser adaptada para o transporte de viajantes, muitos deles atraídos pelas notícias a respeito da beleza das cataratas da região. Para dar conta desse crescente interesse, hotéis como o Hotel Brasil e o *El Gran Hotel* foram instalados nos arredores, e o desenvolvimento de uma primeira atividade turística atraiu para a região personalidades como o espanhol Jesus Val que, vindo de Puerto Aguirre – antigo nome de Puerto Iguazú, cidade fronteiriça da Argentina – passou a organizar excursões de visitação às cataratas (LIMA, 2019).

O Parque Nacional do Iguaçu (PNI) deve a uma dessas personalidades o impulso para a sua criação. Em 1916, o inventor brasileiro Alberto Santos Dumont, a convite de Frederico Engel (proprietário do Hotel Brasil), se deslocou até a região para conhecer as Cataratas do Iguaçu. Inconformado com concessão particular dessas terras, Dumont solicitou ao governo do Paraná a desapropriação da área, de modo a que as cataratas se tornassem um patrimônio público e aberto para todos. Atualmente, uma estátua do inventor no Porto Canoas, dentro do Parque Nacional do Iguaçu, homenageia a sua importância para a instituição e populariza em uma placa a frase que ele haveria pronunciando à época: “Posso dizer-lhe, Frederico Engel, que estas maravilhas em torno das cataratas não podem continuar a pertencer a um particular (Santos Dumont). Foz, 25 de abril de 1916”.

O apelo foi ouvido pelo então presidente do estado, Affonso Camargo, que no mesmo ano aprovou o Decreto nº. 653. Esse tornava o local de utilidade pública, dando início ao processo de desapropriação dessas terras, as quais pertenciam a Jesus Val. Em 1939, Getúlio Vargas assinou o Decreto-Lei nº. 1035 (BRASIL, 1939), criando o Parque Nacional do Iguaçu (PNI). O parque ocupa mais de 185 mil hectares, compondo um conjunto de terras transfronteiriças de áreas naturais protegidas que se estendem também para a Argentina, onde se localiza o *Parque Nacional Iguazú* com mais de 67 mil hectares (RICOBOM. 2001).

Mas a extensão territorial do PNI sofreu diversas modificações, as quais

envolveram um longo processo de expropriação de terras. Em 1972, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) levantou a existência de 457 famílias em uma área de aproximadamente 16 mil hectares, a qual deveria ser englobada ao PNI de acordo com um convênio firmado entre o INCRA e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que previa a destinação de novas áreas para os parques nacionais. De acordo com o Projeto Integrado de Colonização Ocoí (PIC-OCOÍ)¹ essas famílias foram reassentadas em uma área de 12.500 hectares entre os municípios de Foz do Iguaçu e São Miguel, mas depois da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu a área foi reduzida para 4.500 hectares, localizados apenas em São Miguel do Iguaçu (VENCATTO, 2011).

Assim, os limites atuais do PNI foram estabelecidos somente em 1981, por meio do Decreto nº 86.876 (BRASIL, 1981). Atualmente, sua gestão é realizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), sendo que a concessão dos serviços de atendimento aos turistas foi assumida pelo Grupo Cataratas, em 1999. Em 1986, a Unesco declarou o PNI como Patrimônio Mundial da Humanidade, o que demonstra a importância e o reconhecimento que ele possui também a nível mundial.

Para além do patrimônio natural que o PNI conserva, o parque abriga também vestígios arqueológicos, prédios históricos, murais, monumentos e uma diversidade de outros elementos que caracterizam a ocupação humana da área. Assim, ele se configura também como um lugar de salvaguarda do patrimônio cultural da região, por meio do qual se conservam as memórias e as histórias da comunidade, e a partir do qual essas podem construir suas visões de mundo.

A análise a seguir se concentra no estudo de parte dessas histórias, as quais foram organizadas na exposição *Memória das Cataratas*. O método utilizado compreende a análise discursiva dessas exposições, compreendidas como mídias ou meios de comunicação capazes de produzir sentidos, criar conexões e (re)produzir relações de poder.

Para isso, torna-se necessário salientar que essas exposições não serão consideradas espaços neutros que apresentam a memória de uma comunidade,

¹Para a instauração do PIC-OCOÍ, o INCRA expulsou das terras a serem ocupadas pelos colonos diversos grupos guaranis que ocupavam a região, um processo extremamente violento que desmobilizou as comunidades guaranis e foi chamado por eles de *sarambi* (BRIGHENTI, 2018).

mas sim “criações humanas, realizadas em contextos específicos e repletas de intencionalidades” (CARVALHO, 2010). Segundo o museólogo Jean Davallon (1986), toda exposição é portadora de um sentido e propõe um ou vários discursos. Esses discursos são construídos por meio da articulação de diversos elementos, como os artefatos, os textos explicativos e as fotografias, por exemplo. O encontro entre tais elementos constrói ligações, estabelece trocas e cria relações, processos que se amalgamam entre si e que, combinados a efeitos de luz, cores e espaço, produzem um discurso que será comunicado ao público. O efeito dessa comunicação é a produção de sentidos e relações sociais específicas, pois como as exposições são ao mesmo tempo produtoras e produtos de lugares sociais, são consequentemente, espaços onde se desenvolvem e/ou reproduzem estratégias de poder.

Análise Expográfica

A exposição permanente *Memória das Cataratas* foi inaugurada em 2015 no Centro de Visitantes do Parque Nacional do Iguaçu. O projeto que deu origem a ela, também denominado *Memória das Cataratas*, foi lançado em 2009, durante as comemorações dos setenta anos do Parque Nacional do Iguaçu. Sua criação fez parte de um projeto maior desenvolvido pelo ICMBio, que visava a ampliar o sentido das reservas naturais e estreitar a sua relação com os que zelam por elas. Assim, o objetivo da exposição era o de apresentar a “história das pessoas no Parque e do Parque na vida destas, através da fotografia” (PROJETO MEMÓRIA DAS CATARATAS, 2012).

Durante cinco anos foram reunidos depoimentos históricos e 1500 fotografias, as quais foram digitalizadas e devolvidas a seus donos. A comunidade foi fortemente incentivada a participar do projeto, de tal modo que os seus organizadores mantiveram canais telefônicos e virtuais, por meio dos quais os moradores podiam enviar documentos e fotografias de seus acervos pessoais para fazer parte da exposição. Essa possuía caráter itinerante e foi levada até feiras, eventos e espaços públicos, alcançando milhares de pessoas até assumir caráter de longa duração. Assim, desde o dia 9 de janeiro de 2015 ela pode ser visitada gratuitamente no Parque Nacional do Iguaçu, tendo contado com investimentos do

Fundo Iguaçu, da Itaipu Binacional e da Concessionária Cataratas do Iguaçu S.A.

A exposição ocupa um espaço retangular de 130m² e é composta majoritariamente por fotografias. Alguns artefatos históricos e arqueológicos complementam o percurso, mas os recursos fotográficos, físicos e digitalizados, predominam no espaço. Dividida em 5 painéis de grandes imagens que são combinadas a um vídeo, três totens interativos, uma vitrine de mesa e alguns moveis antigos, a exposição se baseia na articulação dos retratos da comunidade para comunicar ao visitante a memória que essa possui das cataratas.

Um grande painel fotográfico em preto e branco recepciona o visitante. Nele, uma criança de costas, apoiada sobre uma cerca de proteção, observa atentamente um conjunto grande de quedas d'água. Acima do painel é possível ler o os dizeres "Exposição Memória das Cataratas". Ao lado, uma antiga cômoda de madeira arremata o primeiro contato entre o visitante e a exposição. Esse primeiro contato, permeado de elementos iconográficos, textuais e materiais que remetem a um tempo passado, recepciona o público com um sentimento de nostalgia e com a mensagem de que a exposição, antigamente composta apenas por fotografias, inclui variados elementos que suportam as memórias sobre as cataratas, como móveis antigos.

Logo ao entrar, é possível ter uma visão de todos os limites do espaço expositivo e ter uma ideia do aspecto geral da exposição. Não há divisórias na sala e a grande maioria dos objetos foi pendurada nas paredes ou encostada nessas, o que caracteriza o espaço como amplo e confortável de ser percorrido.

Como a sala não possui janelas ou outros pontos de difusão de luz natural, a iluminação é artificial e se concentra na utilização de *plafons*, *spots* e principalmente de lâmpadas de luz amarela embutidas nos painéis de fotografias. Essas lâmpadas, combinadas ao efeito de sombreamento produzido nos espaços em que não há elementos expositivos, produzem um efeito aconchegante que tende a deixar os visitantes mais à vontade para desbravar o local.

Após essa mirada geral, o percurso direciona os visitantes ao painel que explica o projeto *Memória das Cataratas*, assim como alguns aspectos do PNI. O texto se destaca do restante da exposição por ser disponibilizado em um fundo preto, enquanto os elementos que o cercam são fotografias em preto e branco. Trata-se, assim, do elemento textual que apresenta a exposição ao visitante.



Figura 1 - Aspecto geral da exposição Memória das Cataratas, Parque Nacional do Iguaçu. Como o espaço da exposição é amplo, a vitrine de mesa no canto inferior direito foi disponibilizada de modo a criar um corredor a partir da entrada da exposição.

Fonte: Exposição Memória das Cataratas, 2015. Produzida pela autora, 2021.

Nele, comunicam-se as informações a respeito da composição do acervo, salientando que esse possui “imagens da natureza, da colonização, do patrimônio e de visitas do Parque Nacional do Iguaçu”, juntamente com a informação de que “para as atuais e futuras gerações, as imagens e os depoimentos do acervo preservam a identidade local daqueles que têm ‘as Cataratas em seu quintal’ e em seus corações” (ICMBIO; GRUPO CATARATAS, 2015).

Ao citar a preservação das identidades locais, esse texto desempenha o importante papel de relacionar o patrimônio natural do parque, assim como as memórias produzidas sobre ele, à construção das subjetividades e dos modos de se compreender o mundo pela população local. É sempre importante lembrar que as referências patrimoniais desempenham um processo fundamental na produção das identidades culturais, pois possibilitam a visualização da memória de um grupo, construindo os lugares a partir dos quais os indivíduos e as coletividades podem posicionar-se para pensar sobre a sua história, sobre quem são e sobre quem desejam ser (WOODWARD; HALL; SILVA, 2000). Nesse processo, o patrimônio natural desempenha um papel importantíssimo, pois é a partir das características naturais de seu entorno que se constituem os grupos humanos e suas culturas.

Esse patrimônio natural ganha papel de destaque em toda a exposição. As oito fotografias disponibilizadas ao redor do texto mencionado, as quais foram produzidas entre 1920 e 1951, apresentam momentos de fruição e contemplação das cataratas, como crianças posando com redes de caçar borboletas e grupos

passeando perto das quedas, o que fortalece o sentido de que essas são, há tempos, um lugar de importância marcada para o lazer da comunidade.

Como é possível ver na Figura 2, uma das estratégias utilizadas na composição dos painéis é a utilização de uma moldura que remete a um rolo de filme, o que comunica um sentido de continuidade entre as fotografias, mesmo que essas pertençam a diferentes acervos.



Figura 2 - Pannel 1. Exposição Memória das Cataratas, Parque Nacional do Iguaçu. A composição de cores e contrastes nos painéis, assim como a diagramação das fotografias, produzem um efeito de simetria e proporção que simplifica o processo de visualização e interpretação desses elementos.

Fonte: Exposição Memória das Cataratas, 2015. Produzida pela autora, 2021.

A exposição continua ao lado direito do primeiro painel, onde o visitante encontra um módulo com uma televisão em tela plana, que transmite ininterruptamente uma sequência de vídeos sobre o parque e a exposição. A sua frente, duas cadeiras antigas de madeira convidam o visitante para se deter e assistir as transmissões.

O primeiro vídeo traz o documentário *Memória das Cataratas* (CHOMA, 2009), produzido em 2009, quando o projeto das exposições itinerantes também foi lançado. Produzido em português e legendado em inglês, ele reúne fotografias e depoimentos de diversas pessoas que abordam a criação e a trajetória do PNI,

contando como as suas próprias histórias estão entrelaçadas ao lugar. Logo no início, comunicam-se alguns números do projeto: mais de 40 depoimentos registrados em vídeo, 190 entrevistas realizadas e mais de 3 mil fotografias digitalizadas e catalogadas. Essas informações permitem que o visitante tenha uma ideia melhor a respeito da proporção e execução do projeto.

A segunda fala do documentário apresenta o significado da palavra 'Iguaçu', explicando que o termo vem dos Guaranis e significa 'água grande'. A seguir, os entrevistados abordam a história das Cataratas, comentando sobre o primeiro explorador europeu que foi até a região, a posse das terras antes da criação do parque e o papel decisivo que Santos Dumont desempenhou nesse processo.

Os minutos finais do documentário são dedicados a destacar a importância do projeto *Memória das Cataratas* para a própria comunidade. Aborda-se a ideia de que as Cataratas, para além de um patrimônio da humanidade, são também um patrimônio histórico, pois estão intimamente relacionadas às vivências e memórias locais. Tal reconhecimento joga luz sobre a inerente relação que há entre o patrimônio natural e o cultural, demonstrando como é complexa essa categorização, assim como a importância em se compreender os bens patrimoniais como representações complexas com múltiplos significados e tipos de apropriação.

Além disso, a realização do projeto, segundo o documentário, também alcançou o objetivo de movimentar a comunidade ao convocá-la para compartilhar suas fotografias e testemunhos orais. Em outras palavras, ao criar canais de escuta focados nos depoimentos dos moradores, o projeto não só apresentou a história das Cataratas e da criação do parque, mas jogou luz sobre o protagonismo das pessoas comuns nessa história, permitindo que tal papel fosse reconhecido pelo poder estatal e popularizado por meio dos canais de comunicação desse.

O documentário é finalizado com uma fala embargada de emoção, que ao som das Cataratas e permeada por imagens dessas, afirma: "Quando olha pra isso aí você vê que você chega mais perto de Deus. Quando você chega a essa maravilha, a essa criação dele, eu sempre faço a minha prece agradecendo ao grande arquiteto do Universo a sua obra" (CHOMA, 2009). Tal depoimento é sucedido por um trecho de música sacra, produzindo um efeito emotivo que apela para a espiritualidade dos visitantes de tradição religiosa cristã. Essa estratégia é utilizada em outros momentos do documentário, em que grandes imagens das

cataratas são combinadas à reprodução instrumental da música Ave Maria².

Outros dois recursos audiovisuais são transmitidos logo em seguida: o primeiro é um antigo filme intitulado *The cataracts of the Iguassu*, com imagens em preto e branco. O segundo apresenta um vídeo mais recente, produzido em 2015, ano em que a exposição foi inaugurada. Ele também apresenta fotos com momentos de lazer nas cataratas, mas, diferente do primeiro vídeo, que se concentra na comunicação das antigas histórias da região, esse procura conectar as antigas práticas de lazer às mais recentes. Assim, apresenta um compilado de imagens que percorrem o que parecer ser quase um século de fruição do local, passando por fotografias de famosos que visitaram o parque, shows de música, passeios de bicicleta, projetos sociais e de preservação da fauna e flora locais, entre outras temáticas.

À direita desse módulo, o visitante encontra o segundo painel de fotos da exposição e, a seguir, uma grande composição de imagens. Nela, duas fotografias trazem representações de momentos em que a fauna e a flora da região são impactadas. Na primeira, quatro caçadores posam com uma onça morta a seus pés. Na legenda, lê-se: “[...] Este ‘tigre’ (como então chamavam as onças) matou seis cachorros. E foi apanhado em armadilha no Poço Preto no Parque Nacional do Iguaçu”. Na segunda imagem, um automóvel transporta grossas toras de madeira. A legenda explica o momento fotografado: “Extração de madeira no Parque Nacional do Iguaçu” (ICMBIO; GRUPO CATARATAS, 2015).

O primeiro painel da exposição também apresenta uma imagem semelhante a essas, na qual a derrubada da mata nativa e a extração de grandes toras de madeira não são problematizadas. A repetição desse tipo de imagem, na qual antigas práticas de caça e depredação da mata nativa não são contextualizadas, causa um certo estranhamento, pois a falta de dados a respeito da ilegalidade dessas práticas, na atualidade, pode levar a uma interpretação de que elas ainda são válidas ou, em certos momentos, justificadas.

É importante salientar que essas imagens carregam um grande poder de convencimento, pois apresentam os modos de viver de alguns dos primeiros colonos da região, inspirando a admiração do público. Nesse sentido, vale salientar que as

² Trata-se de uma peça composta sobre o texto em latim da prece Ave Maria por Charles Gounod e Johann Sebastian Bach.

representações nunca são inocentes e que as imagens, para além de apresentar uma experiência visual, procuram estabelecer modelos relacionais confiáveis (MOSER; SMILES, 2005). Assim, a repetição desse tipo de imagem, que apresenta práticas depredatórias sem a sua devida contextualização histórica, pode ir contra os objetivos de preservação da exposição ao comunicar uma certa normalidade dessas práticas.



Figura 3 – Imagem da queda Garganta do Diabo. Exposição Memória das Cataratas, Parque Nacional do Iguaçu. A atividade de contemplar as cataratas e o destaque dado à sua grandiosidade são temáticas preponderantes nas fotografias expostas.

Fonte: Exposição Memória das Cataratas, 1962.

A configuração dos painéis e as temáticas das fotografias se repetem no restante do percurso, mas alguns elementos se destacam em relação a outros, como a imagem da Figura 3, que joga luz sobre o tamanho reduzido de dois indivíduos frente à amplitude das quedas.

O visitante que se detém para ler a legenda dessa imagem se depara com o seguinte texto: “Franz Kohlenberger não tinha limites para impressionar turistas. Garganta do Diabo, 1962” (ICMBIO; GRUPO CATARATAS, 2015).

A leitura dessa informação redireciona a compreensão que o visitante desenvolve sobre essa imagem. Como afirma Davallon (1999), o texto direciona o entendimento do receptor da imagem em direção àquilo que o produtor da mensagem quer comunicar. Não só isso, ele tem a responsabilidade de restringir as interpretações possíveis dessa imagem, um valor repressivo, face à grande potência projetiva das figuras. Assim, é nesse nível de interpretação e restrição de significados que podem ser observadas as estruturas de pensamento de uma

sociedade.

Nesse sentido, a supracitada legenda incentiva uma interpretação dessa imagem que desfoca das cataratas para jogar luz sobre um personagem, Franz Kohlenberger, sobre o qual não se tem qualquer informação, mas cuja familiaridade com o local e com os curadores da exposição está implícita na construção textual da legenda. Logo adiante, uma outra fotografia, dessa vez uma grande ampliação, traz outra imagem que ressalta o suposto caráter aventureiro desse personagem. Ele aparece sentado em um tronco à beira de um abismo, tendo abaixo de si apenas as cataratas.

O destaque dado a essa figura parece fazer parte de diálogo travado com apenas uma parcela do público que frequenta a exposição. Kohlenberger foi um personagem central para a história da região, sendo considerado um dos pioneiros no incentivo ao turismo. Ele recebeu em 2012 o título de Cidadão Honorário de Foz do Iguaçu, tendo falecido três anos depois.

Essas informações, facilmente encontradas na *internet*, não são disponibilizadas para o público, de modo que a homenagem prestada a Kohlenberger, na exposição, é compreendida apenas por aqueles que estão previamente familiarizados com a história da região.

Outros nomes de importância regional também ganham destaque, como a da família Schimmelpfeng, que aparece em diversas legendas de fotografias, como na Figura 4.



Figura 4 – Hotel das Cataratas. Exposição Memória das Cataratas, Parque Nacional do Iguaçu. A historicidade das estruturas de visitação do Parque compõe outra temática valorizada pela exposição. Fonte: Exposição Memória das Cataratas, por volta de 1925.

A legenda que acompanha essa imagem traz a seguinte informação: “O Hotel das Cataratas, por volta de 1925. Ao centro, Otavia e Josephina Schimmelpfeng, respectivamente, esposa e filha do prefeito Jorge Schimmelpfeng” (ICMBIO; GRUPO CATARATAS, 2015).

Novamente é possível perceber como a legenda condiciona a interpretação dessa imagem. Em uma primeira mirada, observa-se onze pessoas pousando para uma foto, possivelmente durante um passeio ou outro momento de descontração. Após ter acesso à legenda, que aponta apenas para alguns membros da família Schimmelpfeng, comunica-se a mensagem de que esses são mais relevantes que as outras figuras, já que elas não são identificadas,

Esse tipo de mensagem é repetido em outras imagens ao longo da exposição. Seja pela falta de informações a respeito dos outros indivíduos que aparecem nas fotografias, ou por qualquer outro motivo, observa-se, ao longo da exposição, a valorização de nomes como os da família Schimmelpfeng, um processo que comunica a centralidade dessa para entender as memórias das cataratas. Assim, como afirmou Davallon, o texto articulado a uma imagem tem a potência de investir nessa imagem os valores e pensamentos de uma sociedade (DAVALLON, 1999).

Ao final do percurso o visitante entra em um outro ambiente, demarcado pela mudança das cores nas paredes, que passam a ser negras.



Figura 5 – Aspecto geral da exposição Memória das Cataratas, Parque Nacional do Iguaçu. A amplitude do salão e a possibilidade de livre circulação produzem um percurso confortável para os visitantes.

Fonte: Exposição Memória das Cataratas, 2015. Produzida pela autora, 2021.

O contraste entre esses dois ambientes da exposição, aliada à noção de que o percurso está no fim, comunica o sentido de que esse módulo é uma espécie de adendo à exposição. Tal noção é fortalecida pela mudança dos elementos expográficos, que passam a contar com totens interativos.

Nesses totens os visitantes têm acesso à descrição do projeto *Memória das Cataratas* e a centenas de fotografias digitalizadas em seu contexto. Trata-se de um acervo diversificado, contendo não só as imagens que foram impressas e expostas fisicamente na exposição, mas centenas de outras mais recentes e coloridas. Nesse sentido, observa-se que a estratégia de selecionar unicamente as fotografias em preto e branco para serem exibidas fisicamente na exposição foi uma escolha dos curadores, a qual, combinada a outros elementos expositivos, como a mobília antiga, comunica o sentido de que as memórias das cataratas remontam principalmente ao início do século XX.

É importante notar também que esses totens são unidirecionais, ou seja, permitem que o visitante tenha acesso a diversas informações, mas não permitem uma troca com ele. Nesse sentido, eles são restritos pois incentivam apenas uma postura passiva, e não uma colaboração ou participação do visitante na produção e difusão das informações ali comunicadas (FIGUEIREDO, 2011).

Por último, é importante mencionar que, quanto à acessibilidade, o espaço da exposição é adequado para pessoas com restrição de mobilidade, mas não de visão, pois não conta com elementos em braile ou audiodescrições.

A Operatividade Simbólica da Exposição

De acordo com Jean Davallon, para além de um objeto cultural constituído, as exposições devem ser consideradas o resultado de uma operação de colocar em exposição. Essa mudança de perspectiva permite que a exposição seja compreendida não apenas como um objeto constituído, mas que a sua análise seja feita por meio de sua produção, ou seja, como o resultado de um conjunto de operações técnicas aplicadas sobre coisas, sobre o espaço e sobre os atores sociais. A análise dessas operações constitutivas permite compreender a operatividade simbólica das exposições, ou seja, seus efeitos sociais e simbólicos (DAVALLON, 1999, p.11).

A análise dessa operatividade simbólica não se restringe ao espaço expositivo. Ela deve englobar a situação espacial e social, ou seja, abarcar aspectos como o sistema de crenças e pensamentos que suportam a exposição, o território e as condições nas quais ela foi implantada e as práticas que a limitam, entre outros aspectos. Esses aspectos permitem observar os jogos de poder nos quais essa exposição se encontra inserida.

Assim, baseando-se nessa ideia é possível pensar o funcionamento social da exposição, assim como o modo pelo qual a sua operatividade simbólica intervém na reprodução das relações sociais, separando e diferenciando os grupos sociais.

O primeiro aspecto a ser destacado é que a exposição (re)produz uma relação profunda entre as cataratas e as crenças religiosas de tradição judaico-cristã. Isso ocorre com a exibição do documentário *Memória das Cataratas* (CHOMA, 2009), que utiliza diversas vezes a música Ave Maria como elemento de dramatização e, ao seu final, comunica um depoimento que relaciona a criação das cataratas a uma obra de Deus.

A grande valorização dessa tradição religiosa demonstra que essa permeia de modo basilar a comunidade, pois fundamenta não só as práticas dos indivíduos em sociedade, mas também o modo como eles compreendem a formação do território em que vivem. Além disso, essa valorização também demonstra a centralidade dessa tradição religiosa para a sociedade brasileira no geral, pois o PNI é uma Unidade de Conservação (UC) Federal, de modo que as práticas culturais que acontecem em seu interior refletem, em menor ou maior grau, as políticas administrativas adotadas a nível nacional pelo ICMBio.

A concepção sobre o patrimônio e a sua relação com o tempo passado é outro aspecto importante a ser destacado. A exposição busca resgatar a história de um grupo que vive nos entornos do parque, desenvolvendo um projeto de preservação de sua identidade, o qual envolve o reconhecimento institucional de suas histórias enquanto patrimônio, articulando-as ao patrimônio natural das cataratas.

Nesse processo, as diversas fotografias expostas foram utilizadas como a representação desse patrimônio histórico, enquanto a exposição foi dotada de um clima de antiguidade, estratégia que fortalece a noção de que a história está relacionada a um tempo antigo. A produção dessa atmosfera de antiguidade se deu

principalmente por meio da exibição quase que exclusiva de fotos em preto e branco, selecionadas em meio a um grande acervo que também contava com centenas de fotos coloridas. A essa estratégia, combinou-se a utilização das molduras que remetem a antigos rolos fotográficos, assim como a exibição do filme *The cataracts of the Iguassu*, produzido em preto e branco.

Além desses elementos, é importante também mencionar que a evocação desse tempo longínquo contou com a ampla utilização de móveis e objetos antigos. Para entender a importância desses elementos no contexto do discurso expositivo, esses devem ser compreendidos, como afirmou Davallon (1999, p.168), como ferramentas da exposição. Seu papel é o de diferenciar o mundo de fora do mundo expositivo, fazendo parte de um código que permite ao visitante reconhecer que está visitando um produto cultural do gênero 'exposição'. Além disso, eles conectam os objetos expostos, indicando como o conjunto, no todo, deve ser interpretado. Nesse sentido, os objetos e móveis antigos constituem um sistema de recepção que ajuda a compreender a visita, a elaborar as significações e a orientar o visitante na mensagem da exposição, a qual se baseia numa estratégia de comunicação que articula a importância desse patrimônio histórico à sua antiguidade.

Assim, o conceito de patrimônio cultural pode ser considerado central na operatividade simbólica dessa exposição, e o modo como ele se articula ao discurso expositivo pode ser observado principalmente no documentário *Memória das Cataratas*. Nele, ressalta-se a importância de que as cataratas sejam compreendidas também como um patrimônio, já que são fundamentais para a história da comunidade e para a produção das identidades. Desse modo, observa-se que a exposição não só valoriza as memórias das populações locais ao torná-las protagonistas da história regional, mas demonstra que as histórias e memórias sobre as cataratas têm centralidade na vida dessas pessoas e no modo como elas desenvolvem suas visões de mundo, já que fazem parte de seu patrimônio cultural.

Trata-se, assim, de um processo que assume característica ativista de cunho histórico-cultural, pois sensibiliza a comunidade para o processo de produção de suas identidades, demonstrando que as experiências nas Cataratas do Iguazu e as memórias a seu respeito influenciam na produção das subjetividades e nas formas pelas quais os indivíduos compreendem o mundo. Também, é desse modo que pode ser compreendida a valorização de nomes da comunidade como o da

família Schimmelpfeng e o de Franz Kohleberg, os quais podem ser estranhos para a maioria do público de fora, mas desempenham o papel de estabelecer os laços de identificação e familiaridade entre as memórias das cataratas e a comunidade local. É desse modo que opera simbolicamente a exposição, incentivando a proteção do meio ambiente por meio do estabelecimento de laços de pertencimento e afetividade.

O estabelecimento de laços de emoções patrimoniais com o meio ambiente é um processo de fundamental importância para a preservação desse na atualidade, pois permite que a valorização da natureza ocorra de forma a superar as práticas de exploração dessa. Nesse sentido, o discurso expositivo se afasta de certas concepções contemporâneas que defendem a proteção do meio ambiente, mas, para isso, se baseiam numa noção utilitarista da natureza, fundamentada na ideia de que a essa só deve ser preservada enquanto fornecedora de recursos úteis para o ser humano.

Ao afastar-se dessas concepções, a exposição *Memórias das Cataratas* se distancia da racionalidade economicista e exploradora característica da sociedade consumista, incentivando o desenvolvimento de um relacionamento com o meio ambiente baseado na afetividade e na comunhão.

No entanto, é importante mencionar que os discursos (re)produzem significados que estão presentes não só naquilo que é dito, mas também naquilo que é calado, ou seja, significados que se atrelam ao que não foi dito. É nesse contexto que devemos analisar a ausência de outras memórias, como as indígenas e as dos colonos que foram reassentados durante os processos de demarcação dos limites do parque, de modo a compreender essas ausências na operatividade simbólica da exposição.

Termos que se referem aos indígenas figuram em apenas dois momentos da exposição. Um deles ocorre de forma rápida na legenda de uma fotografia do quarto painel, onde se lê: “Filme ‘Na Garganta do Diabo’ narra conflito com índios. Na foto, equipe carregava caixas de 60kg de equipamentos até um platô seco perto da Garganta do Diabo” (ICMBIO; GRUPO CATARATAS, 2015). A outra menção ocorre logo no início da exibição do documentário *Memória das Cataratas*, quando se explica que a palavra ‘Iguaçu’ é de origem Guarani.

No entanto, logo a seguir o documentário faz referência ao primeiro

explorador europeu que haveria chegado na região, o espanhol Álvaro Núñez Cabeza de Vaca (1492-1558), calando, a partir de então, sobre qualquer outro traço de presença indígena. Essa tradição histórica, que joga luz sobre as raízes indígenas de diversos termos e nomes utilizados atualmente pela sociedade brasileira, mas considera o explorador europeu como o ‘descobridor’ do território, é característica de uma história de cunho eurocêntrico que ignora a presença dos outros povos que habitavam esses territórios antes da colonização europeia.

De acordo com a professora de antropologia e assistente social Nara Oliveira (2012), a primeira narrativa conhecida sobre a presença humana na região das cataratas é de autoria de Cabeza de Vaca e data de 1541/42, referindo-se à grande presença de indígenas nos arredores dos rios Iguaçu, Piquiri e Paraná. Ao longo da obra *Foz do Iguaçu Intercultural: Cotidianos e Narrativas da Alteridade*, Oliveira (2012) demonstra como a presença indígena foi registrada por outros cronistas, como José de Maria de Brito, membro da expedição fundadora da Colônia Militar de 1889 que daria origem à cidade de Foz do Iguaçu.

Apesar disso, na historiografia oficial a região do Oeste do Paraná é caracterizada como um vazio demográfico. Segundo Oliveira,

A idealização do processo colonizatório inscreve esta região como sendo *terra virgem, deserto de gente, área abandonada*, dentre outros adjetivos imputados ao território. Esta noção ignora a presença das comunidades indígenas como anterior às primeiras frentes de migrantes nacionais, negando a *ancestralidade indígena sobre o território* (OLIVEIRA, 2012, p.21).

Assim, compreende-se que a exposição *Memória das Cataratas* é influenciada por essa tradição historiográfica que tende a apagar a presença indígena na região, reproduzindo em seu discurso expositivo a ausência desses povos e de suas memórias na história. Um processo semelhante ocorre na exposição de longa duração do Ecomuseu de Itapu, também localizada na cidade de Foz do Iguaçu. Nesse museu, apesar dos indígenas figurarem como os primeiros habitantes da região, a sua presença é relegada ao passado, como se esses e a sua cultura tivessem desaparecido depois do contato com o colonizador (BACKX, 2022).

Novamente pode-se observar a operatividade simbólica da exposição, na medida em que essa se articula a outros meios e intervém na (re)produção das relações sociais, diferenciando os grupos sociais ao dotar de maior importância as

memórias dos imigrantes que descendem de europeus para a produção da história e da noção de patrimônio histórico, ao mesmo tempo em que exclui desse processo a cultura indígena.

É importante ressaltar que essa diferenciação produz uma hierarquização entre a importância desses descendentes de imigrantes e as comunidades indígenas que habitam atualmente a região do Oeste do Paraná. Nesse sentido, a exposição analisada é um objeto cultural que (re)produz os jogos de poder dessa sociedade, legitimando ideias sobre a inferioridade da cultura indígena e a pouca, ou nenhuma importância, que a história desses grupos teria para a memória a respeito das Cataratas.

Também, é fundamental ressaltar como esse processo de silenciamento pode influenciar a produção das identidades desses grupos indígenas, já que as Cataratas são um importante marco territorial de eventos mitológicos para povos como os Guaranis.

Na mitologia Guarani, as Cataratas do Iguaçu teriam se formado após um conflito entre M'Boy, entidade em formato de serpente que governaria o mundo, e o guerreiro Tarobá, que haveria fugido com Naipi, indígena de incrível beleza consagrada a M'Boy (ICMBIO, on-line). Trata-se, assim, de um lugar sagrado para esse grupo, um importante centro de referência para a identidade cultural dos guaranis, configurando-se um marco a partir do qual eles elaboram suas compreensões do território e elaboram suas visões de mundo.

No entanto, como afirma Fernandes-Pinto (2017), os cantos dos guaranis não são mais ouvidos aí, já que não só a sua presença foi dizimada da região, mas também as suas memórias. A sua mitologia foi transformada em produto de *marketing*, já que o conflito entre M'Boy e Tarobá é abordado na maioria dos materiais turísticos relativos ao parque, mas esses desconsideram totalmente os atributos sagrados, assim como o povo ao qual pertence esse conhecimento. De modo a permitir que os guaranis usufruam de um lugar tão simbólico para sua cultura, é necessário que as Cataratas sejam reconhecidas como um lugar sagrado, um sítio ancestral e um lugar de memória dessa comunidade.

Além disso, a importância dos saberes e tradições desses grupos também está relacionada ao forte vínculo que esses possuem com os valores culturais da natureza, os quais permitem o estabelecimento de laços positivos entre os

indivíduos e a própria natureza, mas são subvalorizados pelas políticas de preservação. De acordo com a bióloga Érika Fernandes-Pinto, esses valores

[...] envolvem significados simbólicos, vínculos históricos e ancestrais, bens, saberes, tradições e práticas de diversos grupos sociais (antigos ou atuais) associados a paisagens culturais, fenômenos e/ou elementos específicos da fauna, flora e geologia e que contribuem direta o indiretamente para a conservação. Refletem a diversidade de modos de vida, visões de mundo e percepções de natureza que perpassam o contexto de diferentes culturas humanas (FERNANDES-PINTO, 2021).

Dentre as categorias que compõem esses valores culturais da natureza pode-se citar, por exemplo, as oportunidades de lazer e recreação em contato com a natureza, o valor histórico e arqueológico de certos lugares e os aspectos perceptivos que esses estimulam, como as experiências visuais, por meio da contemplação de paisagens, ou auditivas, com a apreciação do canto dos pássaros ou até mesmo do silêncio. Trata-se de dimensões importantes para grande parte dos indivíduos em sua relação com a natureza, mas que normalmente não são levados em conta pelas políticas de preservação ambiental.

Tais dimensões, no entanto, são elementos basilares para o estabelecimento de laços positivos entre os lugares, os indivíduos e a natureza, o que é de conhecimento de povos indígenas como os guaranis, que elaboram suas visões de mundo e suas identidades por meio de uma noção de parentesco e afetividade com o meio ambiente.

Nesse sentido, compreendendo que os povos originários são os guardiões ancestrais das lendas e dos vínculos históricos e afetivos associados a um território, no contexto do PNI, a valorização da cultura e da memória dos guaranis permitiria o desenvolvimento de um processo de sensibilização em prol de um relacionamento mais afetivo e harmonioso com o meio ambiente.

O processo de silenciamento ocorre também com as memórias dos colonos que antes viviam nas terras que foram desapropriadas e anexadas ao parque. A exposição não aborda a sua presença, a qual foi constante dentro dos limites atuais do parque até a década de 1980.

A questão pode ser mais bem entendida por meio das reflexões do historiador Rudy Nick Vencatto (2012), que realizou um estudo de história oral com entrevistas a ex-moradores do parque. Vencatto demonstra que o PNI é um

importante lugar de memória para essas pessoas, pois era o espaço onde eles realizavam sua vida pessoal e profissional. As entrevistas apresentam um tom saudosista, que demonstra como o espaço natural foi modificado por meio da ação humana, não só com a construção de casas, igrejas e um campo de futebol, mas também por meio da inserção de espécies vegetais que não pertencem à flora original da região.

Também é possível vislumbrar de que modo a natureza fazia parte da produção de sentidos e das relações sociais, já que importantes espaços de sociabilidade, como os times de futebol, eram nomeados com aspectos da região ao qual pertenciam, a exemplo do “Volta da Taquara”, um time assim nomeado porque ficava em uma volta da estrada que possuía uma mancha de taquara (VENCATTO, 2012). A natureza, assim, fornecia significados que eram adotados pelos moradores para se identificar e produzir as suas identidades culturais.

Tudo isso encontra-se vivo na memória dessa comunidade de ex-moradores, uma memória que reivindica um tempo em que o PNI era um espaço habitado onde se desenvolveram famílias, festas e histórias, ou seja, uma rica vida social em estreito contato com a natureza. Essa realidade, no entanto, apesar de estar latente na memória desses indivíduos, foi apagada pela memória pública:

Certamente para quem visita o PNI nos dias de hoje, fica difícil imaginar que aquele lugar fora, num passado não tão longínquo, habitado por grupos humanos. Estas lembranças que não são encontradas nos arquivos do PNI ficaram restritas somente para os protagonistas deste processo ocupacional. Agora elas emergem na tentativa de também fazer parte do processo histórico silenciado pelos órgãos governamentais e pelo grupo que administra o parque (VENCATTO, 2012, p.6).

É importante assinalar que, ao calar sobre essas diversas ocupações humanas e as interferências que elas causaram na região das cataratas, a exposição *Memória das Cataratas* comunica o discurso de que o usufruto da natureza, nessa região, haveria ocorrido somente no sentido de sua contemplação e sua utilização para o lazer, um discurso irreal, mas que atende aos objetivos atuais do parque.

Assim, ao mesmo tempo em que a exposição incentiva o estabelecimento de laços afetivos entre o ser humano e a natureza, ela cala sobre a maior parte das interferências humanas locais, comunicando o sentido de que a natureza no parque

seria intocada e sacralizada, um discurso que vai em encontro ao pensamento conservacionista que pautou as ações de órgãos como o IBDF, que antecedeu o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, assim como dos ideais por trás da criação de diversos parques nacionais como o Parque Nacional da Tijuca e o próprio PNI.

De acordo com essa corrente de pensamento, a conservação da natureza demanda que as intervenções humanas nessa sejam reduzidas ao mínimo, de modo a manter o mundo selvagem intocado. Essa corrente difere de pensamentos como o socioambientalismo, por exemplo, que se debruça sobre o relacionamento entre ser humano e natureza para tratar de questões como o consumismo, a utilização de agrotóxicos e o modelo de crescimento econômico brasileiro.

De acordo com Vencatto (2011), a partir da década de 1980, quando os limites do Parque Nacional do Iguaçu foram oficialmente estabelecidos por meio do Decreto n. 86.876 (1981), as discussões que reivindicavam uma natureza selvagem e intocada ganharam maior destaque na região. Nelas, a floresta é compreendida como naturalizada, e o ser humano pode apenas observá-la, como se ela fosse uma espécie de paraíso perdido, um “repouso para o homem urbano que busca refúgio da vida agitada do mundo moderno industrializado” (VENCATTO, 2011, p. 345). Esse tipo de discurso produz a ideia de que o ser humano apenas pode existir como destruidor da natureza, sendo suas ações incompatíveis com a preservação dessa, o que dificulta conceitualmente o desenvolvimento de debates e políticas que se preocupem com as futuras ações humanas no meio ambiente.

Assim, ao calar sobre a memória dos colonos que habitaram a região das cataratas, a exposição opera simbolicamente de modo a fortalecer a ideia da existência dessa natureza intocada, silenciando inúmeras relações entre ser humano e natureza ocorridas nessa região, ao mesmo tempo em que diminui a importância das memórias dessas pessoas, (re)produzindo uma hierarquia social na qual elas ocupam um lugar inferior.

Considerações finais

O presente artigo desenvolveu uma análise expográfica da exposição *Memórias da Cataratas*, abordando em um primeiro momento as relações

desenvolvidas entre os elementos expositivos e, em segundo momento, o modo como ela opera simbolicamente, almejando demonstrar como ela influencia a (re)produção das relações sociais e destacar alguns dos contextos e jogos de poder nos quais ela se encontra inserida.

Assim, foi possível perceber, como afirmou Davallon, que as exposições enquanto mídias são um dos grandes fenômenos culturais contemporâneos, por meio dos quais se sobrepõe as questões individuais e sociais. Ao pensar o seu funcionamento e analisar a sua operatividade simbólica, é possível perceber que elas não só reúnem os indivíduos em grupos sociais, mas intervêm na produção das relações entre esses, diferenciando-os e ordenando-os. São, assim, espaços onde se desenvolvem e reproduzem estratégias de poder.

A esse respeito, pode-se observar como se produz o apagamento da memória de comunidades tradicionais em razão de um projeto preservacionista pautado pela exclusão e pela ideia romântica e irreal de uma natureza intocada. De modo a repensar essas práticas de preservação ultrapassadas, um dos principais passos necessários é a descolonização do pensamento estatal, que muitas vezes parte da história contada pelos colonizadores para instituir suas referências culturais e cronológicas, dando lugar a políticas de preservação eurocêntricas que promovem a segregação e o apagamento dos povos originários. Tal é o caso da maioria dos planos de manejo de diversas áreas de conservação ambiental, que foram produzidos sem sequer mencionar a presença de indígenas no território, o que configura uma história institucional que negou o direito de existência a diversos povos indígenas (FERNANDES-PINTO, 2021).

Esses processos de deslegitimação funcionam de maneira a apagar a memória e a presença física desses grupos, resultando em práticas violentas que são enfrentadas atualmente por essas comunidades. No caso dos povos guaranis do Oeste do Paraná, situações como essa resultaram no surgimento de uma onda de suicídios no ano de 2021, ocasionada pelo descaso das autoridades em relação à regulação de suas terras, ao seu abandono e pobreza generalizada (SOARES, 2022).

Mas não é difícil encontrar outros casos chocantes de deslegitimação e tentativa de extermínio dos povos originários na atualidade, as quais demonstram que o problema existe a nível nacional. Em janeiro de 2023, o Ministério da Saúde

decretou estado de emergência no território indígena yanomami, localizado próximo à fronteira com a Venezuela. O descaso governamental, a falta de assistência sanitária e o crescimento do garimpo a partir de 2016, levaram à morte de pelo menos 570 crianças yanomami entre 2018 e 2022, em decorrência de males como desnutrição, malária e pneumonia. Na época em que o estado de emergência foi decretado, mais de metade das crianças da reserva sofria de desnutrição, e os dados apontam que cerca de 40% da população yanomami teve diagnóstico confirmado para malária em 2022 (MODELLI, 2023; COLL; MENEZES, 2023).

Em maior ou menor grau, essas situações são o resultado de políticas falhas ou de extermínio, disseminadas na sociedade e nas estruturas estatais. No caso das áreas de preservação, a superação desse quadro trágico demanda que essas assumam o seu passado institucional baseado numa série de políticas de exclusão, que deram lugar a processos de extermínio e genocídio. Nesse sentido, o primeiro direito a ser garantido aos povos originários é o de existir, o que envolve a garantia de sua sobrevivência e de suas memórias. Só a partir de então é que será possível pensar e instalar políticas de reparação socialmente responsáveis e ecologicamente justas.

A valorização da memória e cultura dos povos originários também é estratégia importantíssima para a superação da lógica utilitarista e de consumo que pauta as relações contemporâneas entre seres humanos e natureza, baseada num tipo de pensamento que transforma a natureza em uma simples fornecedora de recursos naturais, coisificando seus elementos, como a qualidade do ar e da água, compreendendo-os como commodities.

Essa racionalidade predominantemente econômica é característica da Razão Moderna e fundamenta o modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade ocidental desde o século XVIII, no qual a noção de desenvolvimento é indissociável da de crescimento econômico (MORIN; KERN, 2003). Nesse contexto, a natureza foi compreendida em razão daquilo que poderia fornecer para esse crescimento, como matéria prima, perdendo qualquer valor intrínseco (FERNANDES; SAMPAIO, 2008). A sociedade, por sua vez, estruturou seu modo de vida ao redor da lógica consumidora, de maneira que todos os indivíduos passaram a compreender-se como consumidores e a organizar-se em razão daquilo que podem produzir (serviços, produtos, entretenimento) e que será consumido pelos

outros.

O enfrentamento da crise ambiental demanda que superemos essa visão, de modo a que elaboremos modos de vida e de compreender o mundo que nos permitam conviver equilibradamente com a natureza, abandonando a ideia de que é válido extrair dela quaisquer elementos em prol do progresso econômico. É necessário repensar a maneira pela qual nos relacionamos com o meio ambiente e com os outros indivíduos, estimulando novas formas de raciocinar e de agir que permitam a superação das práticas de violência e exploração, normalizadas pela lógica do crescimento econômico a qualquer custo.

A crise ambiental não é resultante apenas do modo como nos relacionamos com a natureza, mas faz parte de uma crise maior de valores advinda de uma racionalidade economicista que resultou em uma sociedade fragmentada e exploradora. O enfrentamento a essa crise socioambiental requer o estímulo a novos relacionamentos, baseados em princípios como a cooperação, a “convergência, a não-violência ativa e a coevolução, inerentes ao enfoque sistêmico e interdisciplinar, numa relação que é própria da natureza: a comunhão” (FERNANDES; SAMPAIO, 2008, p. 92).

Nesse sentido, a valorização da cultura e da própria existência dos povos indígenas permite atacar de frente esses problemas, na medida em que a relação desses com a natureza se pauta principalmente em valores como a afetividade, o respeito e o estabelecimento de laços de parentesco.

Trata-se, assim, de pensar novas formas de desenvolvimento pautadas em uma sustentabilidade socioambiental, um relacionamento de maior equidade social e com o meio ambiente. Tal exercício requer a valorização de modelos de coexistência cultural que se pautem no empoderamento das comunidades tradicionais e numa ecologia de saberes, ou seja, na valorização dos saberes dessas comunidades e na sua interação com os científicos para a construção de uma justiça cognitiva e social (SANTOS, 2007).

No campo da Museologia, o repensar dessas concepções culturais pode apoiar-se nos métodos da Sociomuseologia, que defende a participação das comunidades nos diversos processos museológicos com o objetivo de valorizar as culturas locais e suas identidades. Com um forte caráter de crítica e engajamento, essa disciplina defende a descentralização do objeto como foco dos museus e

coloca a sociedade em seu lugar, o que lhe permite abordar com maior excelência as problemáticas contemporâneas.

Artigo recebido em 17 de novembro de 2022.

Aprovado para publicação em 30 de janeiro de 2023.

Referências

BACKX, Isabela. Memórias e produções simbólicas no oeste do Paraná: uma análise da exposição permanente do Ecomuseu de Itaipu. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 349–378, 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 1.035, de 10 de janeiro de 1939**. Cria o Parque Nacional do Iguassú e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1035-10-janeiro-1939-372797-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 86.676, de 1º de dezembro de 1981**. Fixa novos limites do Parque Nacional do Iguçu no Estado do Paraná. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1981. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86676-1-dezembro-1981-436322-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 nov. 2021.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Território extinto: análise dos discursos e práticas guarani sobre as terras tragadas por Itaipu Binacional. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguçu, v. 2, n. 2, p. 87–106, 2018.

CARVALHO, Aline Vieira de. Museus, multiculturalismo e a harmonia social. **Revista Museu**, Rio de Janeiro, 18 maio 2010. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2010/3861-museus-multiculturalismo-e-a-harmonia-social.html>. Acesso em: 30 jan. 2023.

COLL, Liana; MENEZES, Adriana Vilar de. Situação dos Yanomami expõe abandono dos indígenas pelo Estado. **Jornal da Unicamp**. 24 jan. 2023. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2023/01/24/situacao-dos-yanomami-expoe-abandono-dos-indigenas-pelo-estado>. Acesso em: 30 jan. 2023.

DAVALLON, Jean. **Claquemurer pour ainsi dire tout l'univers**: La mise en exposition. Paris: Éditions du Centre Georges-Pompidou, 1986.

DAVALLON, Jean. **L'exposition à l'œuvre**. Stratégies de communication et médiation symbolique. Paris: L'harmattan, 1999.

FERNANDES-PINTO, Érika. **Sítios naturais sagrados do Brasil**: inspirações para o reencantamento das áreas protegidas. 2017. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia,

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FERNANDES, Valdir; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 18, p. 87–94, 2008.

FIGUEIREDO, Renata Dias de Gouvêa de. **Expografia contemporânea no Brasil: a sedução das exposições cenográficas**. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ICMBIO. Parque Nacional do Iguaçu, [s.d.]. Página A lenda das cataratas. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parnaiguacu/biodiversidade/92-a-lenda-das-ataratas.html>. Acesso em: 25 jan. 2023.

ICMBIO; GRUPO CATARATAS. Memória das Cataratas. Exposição. 2015. Parque Nacional do Iguaçu. Foz do Iguaçu.

LIMA, Jackson dos Santos. **7 arcos, 3 degraus**: o que você ainda não sabe sobre as Cataratas do Iguaçu. Uberlândia: Composer, 2019.

MEMÓRIA das Cataratas. Direção: Daniel Choma. 2009 (18 min). Brasil. Disponível em: <https://curtadoc.tv/curta/meio-ambiente/memoria-das-ataratas/?v=0>. Acesso em: 30 jan. 2023.

MODELLI, Laís. Garimpo e inação do governo levaram yanomami à tragédia. **DW**. 22 jan. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/garimpo-e-ina%C3%A7%C3%A3o-do-governo-levaram-yanomami-%C3%A0-trag%C3%A9dia/a-64482594>. Acesso em: 30 jan. 2023.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brig. **Terra Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MOSER, Stephanie; SMILES, Sam. Introduction: the image in question. *In*: MOSER, Stephanie; SMILES, Sam (org.). **Envisioning the past**: archaeology and the image. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2005.

OFICINA valores culturais da natureza e a gestão de unidades de conservação. Elaborado por: Érika Fernandes-Pinto. Executado por: X Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social. [S.l.: s.n.], 2021. 1 vídeo (120 min). Publicado pelo canal Érika Fernandes Pinto - Sítios Naturais Sagrados Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oa5BGkneN2o>. Acesso em: 27 jan. 2023.

OLIVEIRA, Nara. **Foz do Iguaçu intercultural**: cotidiano e narrativas da alteridade. Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2012.

PROJETO MEMÓRIA DAS CATARATAS. Projeto Memória das Cataratas: Resgate do Passado Preservando Nossa História de Amor à Natureza, c.2012. Página O Projeto. Disponível em: <https://projetomemoriadascataratas.wordpress.com/o-projeto/>. Acesso em: 25 jan. 2023.

RICOBOM, Arnaldo Eugênio. **O Parque do Iguaçu como Unidade de**

Conservação da Natureza no âmbito do Mercosul: os problemas decorrentes da degradação ambiental. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para além do Pensamento Abissal:** Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estud. - CEBRAP*, [S. l.], n. 79, p. 1–55, 2007.

SOARES, Bruno. Sem perspectiva de futuro, mais um jovem guarani comete suicídio no Oeste do Paraná. **Brasil de Fato**. Paraná, 11 mar. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2022/03/11/sem-perspectiva-de-futuro-mais-um-jovem-guarani-comete-suicidio-no-oeste-do-parana>. Acesso em: 30 jan. 2023.

VENCATTO, Rudy Nick. Outros relatos outras histórias: Parque Nacional do Iguaçu, um espaço de dinâmicas e sociabilidades. **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 15, p. 337–361, 2011.

VENCATTO, Rudy Nick. “Fizeram até uma igrejinha”: ex-moradores da floresta recontando o Parque Nacional do Iguaçu. *In: XI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL - MEMÓRIA, DEMOCRACIA E JUSTIÇA*, 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...] Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Disponível em: https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340394413_ARQUIVO_TextocompletoHistoriaoral2012UFRJ.pdf. Acesso em: 30 jan. 2023.

WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

Sobre a autoria

¹Pós-doutorado (2022) pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Doutorado em História Cultural (2018) pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: isabela_backx@yahoo.com.br.